

## Gestão da Educação Municipal na crise da COVID-19: diretrizes, regulação e processo formativo materializados pela Rede Colaboração Tocantins

 Rosilene Lagares<sup>1</sup>,  Roberto Francisco de Carvalho<sup>2</sup>,  Kátia Cristina Custódio Ferreira Brito<sup>3</sup>,  Carlos Roberto Jamil Cury<sup>4</sup>

<sup>1, 2, 3</sup> Universidade Federal do Tocantins - UFT. Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), Campus de Palmas. Quadra 109 Norte, Avenida NS 15, ALCNO-14. Plano Diretor Norte. Palmas - TO. Brasil. <sup>4</sup> Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Autor para correspondência/Author for correspondence: [roselagares@uft.edu.br](mailto:roselagares@uft.edu.br)

O Dossiê Temático Gestão da Educação Municipal na crise da COVID-19: diretrizes, regulação e processo formativo materializados pela Rede Colaboração Tocantins resulta, em grande medida, do projeto de pesquisa e extensão desenvolvido pela Rede Colaboração Tocantins (RCT) desde 2020 e estendendo-se a 2021, com o objetivo de colaborar com os sistemas e redes de educação/ensino no enfrentamento das dificuldades decorrentes da pandemia causada pelo coronavírus (Covid-19) que assolou a população e educação mundial com impactos profundos para a educação tocantinense. Tomando a educação como prática social e o Município como unidade federativa autônoma situado no sistema articulado de educação, a RCT vem desenvolvendo o supracitado trabalho com base no marco educacional legal, nos princípios da gestão democrática e tendo a práxis formativa como orientação fundante.

A discussão do presente dossiê, resultante desse entendimento formativo, está estruturada em três eixos.

O Eixo I – Diretrizes gerais da educação municipal e a crise advinda da COVID-19, apresenta quatro artigos.

O primeiro, *Autonomia federativa, sistemas municipais de ensino/educação: impactos para a educação no Tocantins*, Carlos Roberto Jamil Cury, Rosilene Lagares e Ítalo Bruno Paiva Gonçalves, correlacionando dialeticamente sociedade e educação, problematizam condições dos Municípios Tocantinenses para a materialização da autonomia e da gestão da educação, reiterando a existência de desafios de natureza conceitual, cultural, política, administrativa, financeira, pedagógica e relativa ao regime de colaboração. Assim sendo, defendem cautela para evitar uma precária solução, a de sistemas nominais, criados legalmente, mas sem atuação real e efetiva.

No segundo artigo, *Acompanhamento e avaliação aos Municípios: a perspectiva do sistema articulado de educação*, as autoras Lêda Lira Costa Barbosa, Katia Cristina Custódio Ferreira Brito e Edna de Jesus Vieira, em uma abordagem crítica, discorrem sobre a gestão da educação com o objetivo de compreender o acompanhamento e avaliação aos Municípios na perspectiva do planejamento como articulador do sistema municipal de educação. Destacam que identificam-se concepções antagônicas de avaliação construídas em conjunturas políticas, econômicas e sociais específicas, decorrentes de tensionamentos e da necessidade de

aprofundamentos no âmbito dos sistemas articulados de educação, tendo em vista a imprescindibilidade de fundamentar concepções e práticas.

No artigo, *Gestão da educação municipal dos/nos sistemas e redes de ensino/educação tocantinenses: dilemas e desafios na garantia do direito educacional no período da pandemia*, Rute Soares Rodrigues, Idemar Vizolli e Maria Solange Rodrigues Sousa têm por objetivo apreender os desafios e dilemas enfrentados pelas Secretarias Municipais de Ensino/Educação em Municípios tocantinenses, no período pandêmico, quanto ao ensino remoto, híbrido e/ou com o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) como forma de garantir o direito educacional instituído por lei.

O último artigo, *O Financiamento da Educação Infantil nos municípios da região do Jalapão – Tocantins: (in)capacidades e desigualdades no atendimento da meta 1 do PNE/PME*, de Alexandre Oliveira da Silva e Juciley Silva Evangelista Freire, apresenta os resultados de estudo sobre o financiamento da educação infantil nos municípios da região do Jalapão – Tocantins, questionando como ocorre o financiamento da educação infantil nesses Municípios com vistas a universalização e atendimento da Meta 1 do PNE/PME. O texto mostra dificuldades e dependência dos Municípios às ações de colaboração dos entes federados.

No Eixo II – Sistema Municipal de Educação na perspectiva da Filosofia da Práxis: planejamento, ação e avaliação, o Dossiê traz seis artigos.

No primeiro, *Educação municipal no Tocantins: institucionalização orgânica dos sistemas, redes e escolas*, Rosilene Lagares, Ítalo Bruno Paiva Gonçalves e Maria Solange Rodrigues Sousa analisam o movimento de institucionalização efetiva de um sistema educacional municipal, o que implica um conjunto de elementos materiais e imateriais, incluindo gestão, articulados e interdependentes, em uma relação orgânica e ininterrupta. No texto, os autores discutem que não há obrigação normativa para o Município institucionalizar seu sistema no campo da educação, assim como que a institucionalização não é garantia de uma educação melhor. No entanto, em uma perspectiva democrática, esse movimento pode ser uma possibilidade de materialização de um projeto de Estado que garanta a educação em seu âmbito mais amplo, não como uma concessão à classe trabalhadora; inclusivo; democrático; e de qualidade social para todas as pessoas. Porém, não se pode perder de vista as relações sociais mais amplas com seus fatores estruturais e conjunturais, em busca de tais mediações.

No artigo *Conselho Municipal de Educação e Planejamento Participativo: mecanismos de efetivação da gestão dos sistemas e escolas*, Roberto Francisco de Carvalho, Rute Soares Rodrigues e Ana Cléia Gomes da Silva, com perspectiva crítico-dialética, apresentam discussão acerca do Conselho Municipal de Educação (CME) – reflexão teórica sobre o conceito, natureza, função e importância, para além do aspecto teórico – tendo o planejamento participativo como mecanismo de efetivação do Sistema Municipal de Educação (SME) do Tocantins na perspectiva da gestão democrática. Buscam explicitar essa tensão entre o SME como órgão burocrático de regulação e como espaço e mecanismo democrático no âmbito dos municípios, incluindo os municípios da realidade tocantinense.

O artigo de Cleivane Peres dos Reis, Cleidiana Santana Parente, *Fóruns de educação: resistências, limites e possibilidades de atuação no contexto da pandemia da COVID-19*, traz uma reflexão sobre a instituição do Fórum de Educação, suas competências, limites e possibilidades no contexto da luta de classes que se estabelece no campo das políticas educacionais. Tomando como referência o materialismo histórico dialético contextualiza-se o processo recente de disputas em torno da política nacional de educação, em que o Plano Nacional de Educação, o Fórum Nacional de Educação e as Conferências de Educação ganham centralidade, enquanto instâncias onde se materializa a luta de classe por distintos projetos de educação e sociedade. Na análise, são tomados como referências concretas os

Fóruns Municipais de Educação do Tocantins, enquanto elementos do processo centralização-descentralização das políticas públicas educacionais em âmbito nacional, estadual e municipal.

O artigo *Plano municipal de educação e projeto político pedagógico: trilhas da práxis formativa*, de Adaires Rodrigues de Sousa, Meire Lúcia Andrade da Silva, Lêda Lira Costa Barbosa e Aline Fagner de Carvalho e Costa, aborda, de forma crítica, a temática da gestão da educação com o objetivo de apreender elementos de um processo formativo de planejamento a partir da relação entre o Plano de Ação da Secretaria e os instrumentos Plano Municipal de Educação e Projeto Político Pedagógico. Os autores argumentam que os princípios de gestão democrática e de participação são elementos basilares em um processo de planejamento desses instrumentos e que, de acordo com a consonância dos planos subnacionais ao Plano Nacional de Educação, são, também, articuladores da educação no município.

No artigo, *A gestão democrática nos sistemas de ensino: a experiência das conferências municipais de educação e da Rede de Colaboração Tocantins no século XXI*, Greice Quele Mesquita Almeida, Alberto Damasceno e Leonardo Victor dos Santos abordam as Conferências Municipais de Educação como elemento do Sistema Municipal de Educação e como espaço de materialização do princípio da gestão democrática da educação, tendo o Plano Municipal de Educação como referência e foco. Destacam, ainda, que o processo de realização das Conferências pode servir de mecanismos e espaços de resistência, reivindicatórios, propositivos e avaliadores das políticas públicas educacionais, favorecendo a autonomia das redes e sistemas municipais em contraposição ao esvaziamento e desmonte da educação pública pelo governo federal.

No último artigo do eixo, *Avaliação, monitoramento e acompanhamento do processo formativo na RCT: aspectos teórico-práticos e operacionais*, Katia Cristina Custódio Ferreira Brito, Adaires Rodrigues de Sousa e Roberto Francisco de Carvalho, com perspectiva crítico-dialética, partindo da realidade empírica compreendida como realidade complexa, contraditória e mediatizada por múltiplos determinantes, problematizam a concepção instrumental da educação e da avaliação por meio de reflexão teórico-filosófica, que entende a educação como práxis social, calcada nos princípios da gestão democrática e da formação substantiva.

O Eixo III – Sistema Municipal de Educação: reorganização curricular e trabalho pedagógico na perspectiva da PHC apresenta um artigo.

No texto, *Tensionamentos na reorganização curricular da educação municipal tocantinense em tempos de pandemia*, Elaine Aires Nunes, Idemar Vizolli e Leonardo Victor dos Santos, abordam o trabalho da RCT na reorganização curricular em 2021, a partir da legislação relacionada à Covid-19, com foco nas tensões entre o currículo por competência normatizado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a possibilidade de se organizar o currículo tendo como referência a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Os autores destacam que o fundamento da concepção da PHC contrapõe a centralidade da normatização da BNCC, apresentando como pressupostos a emancipação humana, a autonomia de sujeitos e instituições públicas, a democratização dos conhecimentos clássicos e históricos, crítico e transformador.

Com esse trabalho, esperamos explicitar a forma democrático-participativa como a RCT materializou o processo formativo na crise educacional nos anos de 2020 e 2021, assim como publicizar aos profissionais da educação o material teórico-prático elaborado na perspectiva da educação como práxis social.

#### Informações do Editorial / Editorial Information

Recebido em: 15/12/2021  
Aprovado em: 17/12/2021  
Publicado em: 19/12/2021

Received on December 15th, 2021  
Accepted on December 17th, 2021  
Published on December, 19th, 2021

**Conflitos de interesse:** Os(as) organizadores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesses referentes a este Editorial.

**Conflict of Interest:** None reported.

#### Como citar este Editorial / How to cite this Editorial

##### APA

Lagares, R., Carvalho, R. F., Brito, K. C. C. F., & Cury, C. R. J. (2021). Gestão da Educação Municipal na crise da COVID-19: diretrizes, regulação e processo formativo materializados pela Rede Colaboração Tocantins. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e13652. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e13652>

##### ABNT

LAGARES, R.; CARVALHO, R. F.; BRITO, K. C. C. F.; CURY, C. R. J. Gestão da Educação Municipal na crise da COVID-19: diretrizes, regulação e processo formativo materializados pela Rede Colaboração Tocantins. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 6, e13652, 2021. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e13652>